



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**



E D I T A L 004/2017

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do Programa de Pós-Graduação em Direito, e a Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN), torna público o presente Edital de Seleção para ocupação de 50 vagas do Programa de Residência Judicial (Pós-Graduação *Lato Sensu*), direcionado a Bacharéis em Direito, com vagas distribuídas entre as Comarca de Natal, Parnamirim, Macaíba, Extremoz e São Gonçalo do Amarante, nos termos abaixo delineados :

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Programa de Residência Judicial se configura como Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, caracterizado pela formação teórica e prática em ambiente forense, visando o aperfeiçoamento profissional na atividade judicante, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em convênio com a Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN), com vista a proporcionar, além da formação acadêmica em âmbito de Especialização, as seguintes experiências:

- a) pesquisas jurídicas atinentes aos processos judiciais em tramitação;
- b) elaboração de minutas completas de despachos, decisões e sentenças;
- c) análise de petições, a fim de verificar a sua regularidade processual, a documentação que a instrua e o fundamento jurídico do pedido;
- d) colaboração em audiências presididas pelo magistrado preceptor;
- e) condução de audiências de conciliação e mediação definidas pelo magistrado preceptor e/ou participação em mutirão de conciliação.

1.2 – O presente concurso destina-se à seleção de candidatos graduados em Curso de Direito reconhecido pelo Ministério da Educação, portadores de diploma ou de certificado de conclusão de curso, bem como àqueles que, por ocasião da matrícula, comprovem a condição de graduado em Ciências Jurídicas.

1.3 – Os graduados em Instituições de Ensino Estrangeiras poderão se inscrever no Processo Seletivo do Programa de Residência Judicial, desde que apresentem diploma devidamente revalidado por Instituição de Educação Superior brasileira.

1.4 – O Processo Seletivo do Curso de Residência Judicial será realizado segundo as seguintes etapas: 1ª Etapa - prova de múltipla escolha em conhecimentos específicos (eliminatória); 2ª Etapa - prova oral (eliminatória) e 3ª Etapa - prova de títulos (classificatória).

a) a primeira etapa consiste em prova de conhecimentos específicos, de caráter eliminatório, sob a responsabilidade do Núcleo Permanente de Concursos – COMPERVE da UFRN; as etapas seguintes consistirão em prova oral - de caráter eliminatório - e de prova de títulos - de caráter classificatório -, ambas sob a responsabilidade da Comissão Examinadora (ESMARN), que será designada para tal fim.

1.5 - A Comissão Examinadora, composta por 07 (sete) magistrados, sendo 05 (cinco) titulares e 02 (dois) suplentes, será dirigida por seu Presidente, que coordenará as atividades de execução a ela pertinentes, observando o constante da Resolução nº 021/2016 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

1.6. Não poderão integrar as bancas elaboradora e examinadora do Processo Seletivo:

- a) cônjuge, companheiro, ex-companheiro, padrasto, enteado ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau de candidatos inscritos;
- b) quem tiver participação societária, como administrador ou não, ou exercer a função de magistrário, em cursos formais ou informais de preparação de candidatos para ingresso em Residência Judicial, ou contar com parentes em até terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, nas condições de sócio, de administrador ou de professor, ou ainda quem as exerceu nos 5 (cinco) anos anteriores à data de publicação deste Edital;
- c) sócio de candidato em atividade profissional, ou quem esteve nessa condição nos 5 (cinco) anos anteriores à data de publicação deste Edital.

II – DA RESIDÊNCIA JUDICIAL

2.1. O Programa de Residência Judicial será desenvolvido tendo como fim a preparação do Residente segundo uma visão sistêmica e integrada de todos os componentes de sua execução, contemplando em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

a) Estudos Preparatórios (Residência 1), com aulas teóricas e práticas voltados para conteúdos de caráter profissionalizante e fundamental que tem por fim inserir o aluno no domínio dos temas estruturantes da Residência Judicial (360 horas). A Carga horária será cumprida na cidade de Natal/RN, de **segunda a sexta - feira, no horário das 18h:00 às 21h:40, na sede da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte podendo, eventualmente, ocorrerem aulas aos sábados.**

b) Prática Profissional Tutelada (Residência 2 e 3), caracterizada com espaço de vivências profissionais no ambiente forense (Unidades Judiciárias ou Núcleos de Apoio a Prestação Jurisdicional), tendo a prática como eixo estruturador da aprendizagem (de 1440 a 2280 horas). Requer como pré-requisito a frequência, com aprovação, nas disciplinas do Módulo de Estudos Preparatórios e demais condicionamentos exigíveis pelo Programa. Carga horária cumprida nas Comarcas indicadas abaixo, cujo número de vagas e confirmação dependerá das condições de execução do Curso, conforme o que define o item 3.2 do presente edital.

- Comarca de Natal;
- Comarca de Parnamirim;
- Comarca de Macaíba;
- Comarca de São Gonçalo do Amarante;
- Comarca de Extremoz.

c) Atividades Complementares, com ações de integralização curricular, envolvem a participação dos Residentes em eventos científicos, visitas técnicas, desenvolvimento de estudos de casos, participação em oficinas, *workshops*, seminários, laboratório judicial e grupos de pesquisa que tenham como objeto temáticas sobre o universo da prática judicial (30 horas para o módulo de Residência 2 e 30 horas para o módulo de Residência 3).

d) Trabalho de Conclusão de Curso, no qual o discente deverá revelar, na elaboração de Artigo Científico/Monografia, Estudo de Caso ou Relatório Analítico de Atividades, competências relacionadas ao domínio da linguagem científica e à precisão terminológica na ciência jurídica, mediante estudos voltados para a experiência judicial, com viés prático e com ênfase nas vivências proporcionadas pelo Programa.

2.2. No ato da matrícula o candidato aprovado passa a se submeter às regras do Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno do Programa de Residência Judicial, bem como ao Regulamento aplicável ao corpo discente da UFRN e ESMARN.

2.3. Os direitos e deveres do Residente Judicial constam do Regimento Interno do Programa de Residência e Termo de Compromisso, ao qual se integra o Termo de Compromisso que será assinado na etapa de seu ingresso na Prática Jurisdicional Tutelada, nele se integrando o Contrato de Bolsa de Estudos a que fará jus.

III – DAS VAGAS

3.1 Serão oferecidas 50 (quarenta) vagas sob a forma de acesso direto em seleção universal de vagas para seu primeiro módulo (R1), sendo 10% (dez por cento) do total reservado a pessoas com deficiência, desde que os candidatos atendam ao descrito nos itens 1.2 e 1.3 do presente Edital e comprovem a condição que lhe assegura o percentual aqui reservado.

3.2 O ingresso nos módulos subsequentes (R2 e R3) se dará mediante seleção interna e a comprovação dos pré-requisitos definidos pelo Regimento Interno do Curso, com número de vagas divulgado em edital próprio, observando-se: i) a existência de vagas e o número distribuído para cada comarca e ii) a disponibilidade financeira e orçamentária para o respectivo pagamento de bolsa de estudo.

3.3 O Regimento Interno do Curso e demais atos de interesse do Programa serão disponibilizados no site da Esmarn (www.esmarn.tjrn.jus.br) e do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (<http://www.posgraduacao.ufrn.br/ppgd>).

3.4 Na seleção universal de vagas será assegurado às pessoas com deficiência o direito de inscrição e ocupação das vagas a elas destinadas, desde que as condições de desenvolvimento do Programa sejam compatíveis com a deficiência atestada.

3.5 Não havendo candidatos inscritos ou classificados para qualquer das vagas destinadas às Comarcas de Parnamirim, Macaíba, Extremoz e São Gonçalo do Amarante as mesmas retornarão para a Comarca de Natal.

IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará a aceitação total e incondicional das disposições, normas e instruções constantes neste Edital.

4.1.1. O candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos no Edital.

4.2. Todas as informações prestadas pelo candidato, ao inscrever-se no Processo Seletivo, serão de sua inteira responsabilidade.

4.2.1. O candidato inscrito por outrem assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros que seu representante venha a cometer ao preencher o Formulário de Inscrição.

4.3. Terá a sua inscrição cancelada e será eliminado do Processo Seletivo o candidato que usar dados de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição.

4.4. A inscrição somente será validada mediante confirmação, pela COMPERVE, do pagamento da taxa efetuado.

4.5. Se o pagamento for efetuado por cheque sem o devido provimento de fundos, a COMPERVE cancelará a inscrição do candidato.

4.6. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese.

4.6.1. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição é intransferível.

4.6.2. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não pode ser efetivado por meio de cartão de crédito.

4.7. Para efeito de inscrição, serão considerados documentos de identificação:

- a) Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens ou conselhos profissionais, dentre outros), desde que contenham foto e assinatura;
- b) Passaporte;
- c) Certificado de Reservista;
- d) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, contendo foto;
- f) Carteiras funcionais do Ministério Público ou expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham validade como identidade.

4.8. Cada candidato terá direito apenas a 01 (uma) inscrição.

4.8.1. Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição no mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema da Comperve.

4.9. A COMPERVE não se responsabiliza pelo não recebimento de solicitação de inscrição via internet por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.10. Quando do preenchimento do Formulário de Inscrição, os candidatos com deficiência deverão requerer reserva de vaga e declarar o grau de deficiência, assim como se submeterão, se convocados, à perícia médica por junta oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato nesta condição e a compatibilidade do grau de deficiência com as atividades do Programa de Residência Judicial.

4.11. Resguardadas as condições especiais previstas em lei, os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.12. A pessoa com deficiência que precisar de condições diferenciadas para realizar as provas deverá:

- a) preencher o Requerimento de Atendimento Especial disponível no Formulário de Inscrição;
- b) imprimir o requerimento; e
- c) entregá-lo ou enviá-lo via Sedex, endereçado à COMPERVE, situada na Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-900, acompanhado de atestado médico com a descrição de sua necessidade.

4.12.1. O requerimento e o atestado médico referidos no subitem 4.12 deverão ser entregues nos dias úteis, no período de **09 a 31 de outubro de 2017**, no horário das **7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min**.

4.12.2. A COMPERVE analisará cada requerimento e atenderá à solicitação de condições especiais para realização das provas, obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.12.3. A condição diferenciada de que trata o subitem 4.12 será desconsiderada caso o pedido do requerente não seja efetuado no período estabelecido no subitem 4.12.1.

4.13. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança.

4.13.1. A candidata lactante que não levar acompanhante não realizará as provas.

4.13.2. O tempo gasto pela lactante poderá ser compensado até o limite de uma hora.

4.14 O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que deseja atendimento pelo NOME SOCIAL deverá:

- a) preencher, integralmente, o Requerimento de Atendimento Especial disponível no Formulário de Inscrição;
- b) Imprimir esse requerimento; e

c) entregá-lo ou enviá-lo via Sedex endereçado à COMPERVE, situada na Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59078-900, acompanhado de documentação que comprove a sua identidade de gênero.

4.14.1 O requerimento e a documentação referidos no item anterior deverão ser entregues nos dias úteis, no período de **09 a 31 de outubro de 2017**, no horário das 7h 30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.14.2 A COMPERVE analisará cada requerimento e atenderá a solicitação de utilização do nome social na realização das provas obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

V – DA ISENÇÃO DA TAXA

5.1. A isenção do pagamento de taxa de inscrição será concedida:

a) Ao participante concluinte do ensino médio, qualquer que seja a modalidade, em Escola da Rede Pública, devidamente comprovado.

b) Ao participante inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

c) Mediante declaração de carência ao participante que atenda aos requisitos contidos nos incisos I e II, parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013.

d) Mediante declaração de carência ao participante que declarar ser membro de família de baixa renda ou estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6.135, de 26 de junho 2007.

5.1.1. Para o previsto nos itens “a”, “b”, “c” e “d” deste dispositivo, o participante deverá, no ato da inscrição, declarar a condição que fundamenta seu pedido de isenção. A falsidade de declarações, detectada a qualquer tempo, acarretará a exclusão do candidato do Processo Seletivo ou do Programa de Residência Judicial, sem prejuízo dos efeitos penais e civis cabíveis.

5.1.2. Para usufruir tal direito, o candidato deverá:

a) acessar o sítio www.comperve.ufrn.br, no qual estará disponível o Requerimento de Isenção da taxa de inscrição, no período de **09 a 18 de outubro de 2017**

b) preencher integralmente o Requerimento de Isenção de acordo com as instruções nele constantes;

c) declarar no próprio Requerimento de Isenção que atende às condições estabelecidas neste edital;

d) enviar eletronicamente o Requerimento de Isenção e imprimir o comprovante.

5.1.3. Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato que

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar as informações apresentadas;

c) não solicitar a isenção no prazo estabelecido na letra “a” do subitem 5.1.2;

d) não atender às condições de carência e vulnerabilidade socioeconômica previstas na legislação aplicável;

e) utilizar, na inscrição, o Número de Identificação do Trabalhador (NIT) pertencente a terceiros; e

f) não obedecer ao prazo mínimo de 45 dias, contados a partir da data em que foi incluído no CadÚnico, para solicitar a isenção.

5.1.4. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do art. 10, do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminado do Processo Seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

5.1.5. As solicitações deferidas e indeferidas serão divulgadas no sítio www.comperve.ufrn.br, no dia **24 de outubro de 2017**.

5.1.6. As solicitações deferidas serão juntadas ao processo de inscrição do candidato.

5.1.7. O candidato cuja solicitação for indeferida poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia **31 de Outubro de 2017**, em conformidade com o prazo ordinário de inscrições.

VI – DA INSCRIÇÃO

6.1. A inscrição será realizada exclusivamente no sítio da COMPERVE (www.comperve.ufrn.br), das **8h00min do dia 09 de outubro de 2017 às 23h59min do dia 30 de outubro de 2017**.

6.1.1. Para se inscrever, o candidato deverá, obrigatoriamente, ter Cadastro de Pessoa Física (CPF) e documento de identificação, além de preencher todos os campos do Formulário de Inscrição, atendendo ao que determina o subitem 4.7 do presente Edital, bem como aos procedimentos descritos a seguir:

- a) Acessar o sítio da COMPERVE, no qual estarão disponíveis o Edital do Processo Seletivo e o Formulário de Inscrição;
- b) Preencher integralmente o Formulário de Inscrição de acordo com as instruções constantes nele;
- c) Imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU), para poder efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- d) Efetuar o pagamento até o dia **31 de outubro de 2017**, no local indicado na GRU;
- e) Entregar na COMPERVE ou enviar via Sedex, endereçado à COMPERVE (BR 101, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-900), toda e de uma só vez, no período de **09 a 31 de outubro de 2017**, no horário das **7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min**, cópias da documentação comprobatória das atividades realizadas, conforme Anexo I (Quadro de Pontuação – Prova de Títulos);

6.1.2. Só será admitido o pagamento da taxa de inscrição até a data referida no item “d” do subitem 6.1.1 do presente Edital.

6.1.3. É de inteira responsabilidade de o candidato guardar o Comprovante de Pagamento até a data da validação da inscrição.

6.1.4. O simples agendamento bancário com o respectivo demonstrativo não constitui comprovação de pagamento do valor de inscrição.

VII – DA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DO LOCAL DE PROVAS

7.1. O candidato devidamente inscrito poderá a partir do dia **08 de novembro de 2017**, acessar o sítio da COMPERVE para consultar sobre a validação de sua inscrição.

7.1.1. O candidato cuja inscrição não estiver validada deverá entregar cópia do Comprovante de Pagamento realizado até a data estabelecida na letra “d” do subitem 6.1.1, na sede da COMPERVE, no período de **09 a 16 de novembro de 2017**, no horário das **7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min**, sendo-lhe facultado o envio por e-mail (comperve@comperve.ufrn.br);

7.2. O local de realização das provas será divulgado no dia **17 de novembro de 2017**

VIII – DAS PROVAS

8.1. Todas as Etapas do Processo Seletivo serão realizadas no município do Natal/RN.

8.2 A Primeira Etapa consiste em *Prova de Conhecimentos Específicos*, tendo como objetivo geral avaliar o desempenho dos candidatos de forma generalista, tomando como base a relação de conteúdos que integram a formação jurídica no Brasil, bem como suas habilidades e competências. A aplicação deste instrumento, que valorizará a sólida formação técnica, axiológica e humanística, será constituída de 50 questões de múltipla escolha, com caráter multidisciplinar, podendo envolver situações-problema e estudos de caso (Programa de Conteúdos no Anexo II do presente Edital).

8.3. A Primeira Etapa do Processo Seletivo contemplará os seguintes conteúdos:

- a) Eixo de Formação Fundamental (10 questões): Antropologia, Ciência Política, Ética, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia, Hermenêutica e Argumentação, todos aplicados ao Direito;

b) Eixo de Formação Profissional (40 questões): Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Civil e Direito Processual Civil e Direito Processual Penal.

8.4. A Segunda Etapa do Processo Seletivo consistirá em *Prova Oral*, tendo como objetivo avaliar as competências técnicas e comportamentais do candidato, mensurando seu desempenho e atitude em relação às arguições da Comissão Examinadora, inclusive no tocante ao eixo de formação profissional.

8.5. A Terceira Etapa consistirá em *Prova de Títulos*, tendo como fim classificar os candidatos quanto à formação educacional e profissional, valorizando sua titulação acadêmica, cursos de qualificação ou aperfeiçoamento, experiência profissional e produção científica, dentre outros.

8.5.1. Após o resultado da segunda etapa – prova oral -, a Comissão Examinadora do Processo Seletivo avaliará os títulos dos candidatos não eliminados, conforme discriminação e pontuação do Quadro constante no Anexo I deste Edital.

8.5.2 É ônus do candidato produzir prova documental idônea de cada título por ele apresentado.

8.5.3 Os títulos deverão, preferencialmente, ser apresentados em fotocópias autenticadas ou por certidões detalhadas.

8.5.4 Os documentos sem autenticação poderão ser certificados no momento do recebimento, mediante a apresentação do original para conferência.

8.5.5 Não serão considerados, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas e os documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados dos respectivos mecanismos de autenticação.

8.5.6 De acordo com os valores previstos para cada título será atribuída nota de **0,00 (zero) a 10,0 (dez)** pontos, sendo esta a nota máxima, ainda que a pontuação apurada seja superior.

8.5.7 Receberá nota **0,0 (zero)** na Prova de Títulos, o candidato que não entregar os títulos listados no Anexo I deste edital.

8.5.8. Na Prova de Títulos, somente serão pontuados:

a) Trabalhos e publicações realizados nos últimos cinco anos;

b) Certificados ou declarações dos estágios em papel timbrado da instituição, com a assinatura do responsável e contendo período e carga horária;

8.5.9. Resumos publicados em Anais de eventos científicos não serão classificados como periódicos científicos.

8.5.10. Somente serão pontuados os artigos publicados em periódicos científicos que apresentarem o registro do ISSN.

IX – DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

9.1. A prova relativa à Primeira Etapa do presente Processo Seletivo (prova de conhecimentos específicos) será aplicada no município do Natal, no dia **26 de novembro de 2017**, no turno matutino, com, no máximo, 4 horas de duração.

9.1.1. O candidato com deficiência, cuja solicitação de tempo adicional tenha sido deferida pela Comperve, terá uma hora a mais para a realização das provas.

9.2. O acesso ao local de realização da prova ocorrerá das **7h20min às 8 horas** (horário oficial local).

9.2.1. É recomendado ao candidato comparecer ao local de realização da prova até **30 minutos** antes do horário estabelecido para o fechamento dos portões.

9.2.2. O candidato que chegar após as **8 horas** não terá acesso ao local de realização da prova e estará eliminado do Processo Seletivo.

9.3. São de responsabilidade exclusiva do candidato à identificação correta do local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado no subitem 9.2.1 deste Edital, sendo recomendado o prévio reconhecimento do local de realização de provas.

9.3.1. A Comperve poderá enviar, como complemento às informações citadas no item 9.3, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o disposto no subitem 7.2 deste edital.

9.4. O candidato deverá levar caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta na cor preta.

9.5. Para ter acesso à sala de provas, o candidato deverá apresentar o original do mesmo documento de identificação utilizado na inscrição, salvo quando explicitamente autorizado pela COMPERVE.

9.5.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial em formulário próprio.

9.5.2. Não será aceita carteira de estudante ou cópia de documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

9.6. Na primeira hora de aplicação das provas, o candidato será identificado por meio das coletas de sua impressão digital e da sua assinatura na Folha de Frequência.

9.6.1. O candidato deverá, também, assinar a Folha de Respostas e a capa do Caderno de Provas no espaço reservado para esse fim.

9.7. Na Folha de Respostas constarão, entre outras informações, o nome do candidato, seu número de inscrição e o número do seu documento de identificação, devendo o candidato verificar se os dados impressos estão corretos. Constatando algum erro, deverá comunicá-lo imediatamente ao fiscal de sala.

9.7.1. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas.

9.7.2. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital ou com as instruções contidas na Folha de Respostas.

9.7.3. Na Folha de respostas não serão computadas as questões sem marcação, questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

9.7.4. O candidato deverá manusear a Folha de Respostas sem que seja rasurada, dobrada ou amassada, pois ela não será substituída por esses motivos.

9.7.5. Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam realizadas por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim, deferida pela COMPERVE.

9.7.6. Na Folha de Respostas, o candidato deverá marcar, exclusivamente, a opção que julgar correta para cada questão, seguindo as orientações nela contidas e usando caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

9.8. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato portar arma, telefone celular, relógio eletrônico ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico, calculadora, câmera fotográfica, dicionário, livro, apostila, "dicas" ou qualquer outro material didático do mesmo gênero, corretivo líquido, borracha, marca texto, lápis grafite ou lapiseira, óculos escuros, boné, protetores auriculares, dentre outros.

9.8.1. Ao entrar na sala de provas, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, telefone celular desligado ou quaisquer equipamentos eletrônicos relacionados no item 9.8 também desligados, sob pena de ser eliminado do Processo Seletivo.

9.8.2. A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término de suas provas. A embalagem somente poderá ser deslacrada fora do local de realização das provas.

9.8.3. A Comperve recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no item anterior no dia de realização das provas.

9.8.4. A Comperve poderá, durante a aplicação do Processo Seletivo, fazer uma vistoria rigorosa em qualquer candidato, inclusive utilizando detectores de metal.

9.9. A COMPERVE não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos durante a realização das provas.

9.10. O envelope contendo os cadernos de prova será aberto em cada sala de exame na presença dos candidatos, conforme horário estabelecido para seu início.

9.11. O tempo de duração da prova inclui o preenchimento da folha de respostas.

9.11.1. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova em razão do afastamento de candidato da sala de provas, à exceção da situação prevista no subitem 4.13.2.

9.12. O candidato só poderá deixar a sala de prova após período mínimo de duas horas de seu início.

9.12.1. A inobservância do item anterior acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do candidato do Concurso.

9.13. Terá sua prova anulada e estará eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a sua realização:

- a) for surpreendido fornecendo e/ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) for surpreendido portando arma, telefone celular, relógio eletrônico ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico (ligado ou não), calculadora, câmera fotográfica, dicionário, livro, apostila, "dicas" ou qualquer outro material didático do mesmo gênero, corretivo líquido, borracha, lápis grafite ou lapiseira, óculos escuros, boné, protetores auriculares, dentre outros.
- c) atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para coordenar, fiscalizar ou orientar a aplicação das provas;
- d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo estabelecido;
- e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- f) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas e/ou o Caderno de Provas;
- g) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas e/ou na Folha de Respostas;
- h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- i) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo;
- j) não permitir ser identificado, conforme regras estabelecidas no presente Edital.

9.14. O candidato que, por qualquer motivo, se ausentar do prédio onde estiver realizando as provas não mais terá acesso ao referido local.

9.15. Ao retirar-se definitivamente da sala de realização da Primeira Etapa, o candidato deverá entregar ao fiscal a Folha de Respostas e seu Caderno de Provas.

9.16. A prova relativa à Segunda Etapa do presente Processo Seletivo (prova oral) será realizada nas dependências da ESMARN, em horário e local divulgados em Edital próprio, a ser disponibilizado na página do Núcleo Permanente de Concursos - COMPERVE (www.comperve.ufrn.br) e da Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN (<http://www.esmarn.tjrn.jus.br>).

9.17. A prova relativa à Terceira Etapa do presente Processo Seletivo (prova de títulos) será realizada pela Comissão Examinadora, tendo em conta os títulos relacionados no Anexo I deste Edital.

X – DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

10.1. A Prova de Conhecimentos Específicos valerá, no máximo, 10,0 (dez) pontos.

10.1.1. Cada questão da Prova de Conhecimentos Específicos terá igual valor.

10.1.2. O cálculo da nota da Prova de Conhecimentos Específicos será o produto entre o número de acertos e o valor de cada questão válida.

10.1.3. O valor da Nota da Prova de Conhecimentos Específicos será arredondado para 4 casas decimais.

10.1.4. As Folhas de Respostas das questões de múltipla escolha serão corrigidas por sistema eletrônico de computação.

10.2. Apenas realizarão a Prova Oral os candidatos que:

- a) obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos no total das questões válidas da Prova de Conhecimentos Específicos; e
- b) estiverem inseridos no grupo correspondente ao dobro do número de vagas disponíveis, considerando-se os primeiros candidatos classificados na primeira etapa.

10.3. Nos casos em que o valor correspondente a um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos for um número decimal, ele será arredondado para o valor inteiro imediatamente superior.

10.4. Ocorrendo empate na última colocação da nota da Prova de Conhecimentos Específicos, farão Prova Oral todos os candidatos que se encontrarem nessa condição.

10.5. A Prova Oral valerá, no máximo, 10,0 (dez) pontos.

10.5.1. A Prova Oral será realizada em sessão reservada, da qual participará o candidato e uma Comissão constituída por dois membros avaliadores, integrantes da Comissão Examinadora do respectivo certame.

10.5.2. A Nota Final da Prova Oral será o resultado obtido pela média aritmética simples das notas atribuídas por cada membro avaliador.

10.5.3. Serão desclassificados os candidatos que obtiverem Nota Final abaixo de 5,0 (cinco) pontos na Prova Oral, apenas sendo analisados os títulos daqueles que obtiverem nota igual ou superior ao mínimo estabelecido (50% de aproveitamento na Etapa correspondente – Prova Oral).

10.6. O cálculo da nota da Prova de Títulos de cada um dos candidatos resultará da soma aritmética das notas obtidas em todos os itens que compõem o formulário de análise curricular, tendo em conta seu valor absoluto. Havendo mais de um título por item ou alínea, será pontuado apenas uma vez.

10.7. Será eliminado o candidato que estiver incluído em, pelo menos, uma das situações a seguir:

- a) não obtiver 50% (cinquenta por cento) de acertos, no total das questões válidas da Prova de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver nota inferior a 5,0 (cinco) na Prova Oral;
- c) não estiver inserido no grupo de candidatos referidos no item 10.2, “b”;
- d) preencher a Folha de Respostas com lápis grafite (ou lapiseira); ou
- e) deixar de comparecer a 1ª ou 2ª Etapa do Processo Seletivo.

10.8. O preenchimento das vagas dar-se-á por meio de processo classificatório, obedecendo à ordem decrescente das notas finais dos candidatos que forem considerados aptos, desde que não se insira em um dos critérios estabelecidos no item 10.7 do presente Edital.

10.9. Para candidato não eliminado, a Nota Final (NF) será calculada mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$NF = [(PCE \times 5) + (PO \times 3) + (PT \times 2)] / 10$$

PCE = nota obtida na Prova de Conhecimentos Específicos;

PO = nota obtida na Prova Oral; e

PT = nota obtida na Prova de Títulos.

10.10. Para efeito de apresentação dos resultados das Notas Finais, levar-se-á em conta o arredondamento para quatro casas decimais.

10.11. Ocorrendo empate na Nota Final (NF) entre os candidatos, serão utilizados os critérios de desempate especificados abaixo.

10.11.1. Idade igual ou superior a 60 anos, conforme estabelece o artigo 27 parágrafo único da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.

10.11.2. Na hipótese de não haver candidato na condição supracitada, será dada preferência ao candidato que tiver, na seguinte ordem de prioridade,

- a) maior pontuação na Prova de Conhecimentos Específicos;
- b) pontuação na Prova Oral;
- c) maior pontuação na Prova de Títulos;
- d) maior idade.

XI – DOS RECURSOS

11.1. O Gabarito Oficial Preliminar e as questões da Prova de Conhecimentos Específicos serão divulgados via Internet, no sítio da COMPERVE, uma hora após o término de sua aplicação.

11.2. O candidato que desejar interpor recurso contra o Gabarito Oficial Preliminar da Prova de Conhecimentos Específicos poderá fazê-lo no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de publicação do respectivo gabarito, observando os seguintes procedimentos:

- a) acessar o sítio da COMPERVE, no qual estará disponível o formulário de Requerimento Específico;
- b) preencher integralmente o Requerimento de acordo com as instruções nele constantes; e
- c) enviar eletronicamente o Requerimento e imprimir o Comprovante de Solicitação.

11.2.1. O Parecer da Banca de Revisão será divulgado na data prevista para a divulgação do Resultado da Prova Objetiva (Gabarito Oficial Definitivo).

11.2.2. Não serão aceitos recursos que:

- a) estiverem em desacordo com as especificações contidas neste capítulo;
- b) estiverem fora do prazo estabelecido;
- c) não apresentem argumentação coerente com a questão a que se referem;
- d) se relacionem a preenchimento incompleto, equivocado ou incorreto da Folha de Respostas;

11.2.3. Se houver alteração de respostas do Gabarito Oficial Preliminar, esta valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

11.2.4. Na hipótese de alguma questão da Prova de Conhecimentos Específicos vir a ser anulada, o seu valor em pontos será computado a todos os candidatos do certame, independentemente de terem recorrido.

11.2.5. A COMPERVE divulgará os nomes dos membros da banca elaboradora da Prova de Conhecimentos Específicos, por um período de 03 (três) dias, após a conclusão de todas as etapas do certame.

11.3. O candidato que desejar interpor recurso contra a pontuação obtida na Prova de Títulos poderá fazê-lo no prazo estipulado no Anexo I deste edital:

- a) preencher o formulário de recurso constante no Anexo III deste Edital;
- b) protocolizar o formulário na Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, no endereço: Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 1000 – Candelária, Natal/Rio Grande do Norte – CEP 59065-555, no horário das 08h às 18h.

11.4. Ocorrendo alterações do gabarito das provas ou alteração nas listas de classificação divulgadas após o prazo de interposição de recursos, estas serão publicadas na página da COMPERVE (www.comperve.ufrn.br) e da ESMARN (<http://www.esmarn.tjrn.jus.br>).

11.5. Os recursos referentes à primeira etapa serão julgados pela banca elaboradora da COMPERVE, e aqueles referentes à terceira etapa serão julgados pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo (ESMARN).

11.6. Não caberá recurso contra a pontuação atribuída na Prova Oral.

11.7. Não serão aceitos recursos, referentes à terceira etapa, por meio de fax, correio ou correio eletrônico.

XII – DO RESULTADO

12.1. O resultado será divulgado segundo o cronograma de execução do Processo Seletivo, constante no Anexo III do presente Edital, devendo o candidato consultá-lo na página da COMPERVE (www.comperve.ufrn.br) e da ESMARN (<http://www.esmarn.tjrn.jus.br>).

XIII – DA MATRÍCULA (ESMARN)

13.1. Os candidatos classificados, conforme o número de vagas deverá matricular-se mediante a apresentação dos documentos descritos no item 13.5 deste Edital, bem como assinar Termo de Compromisso, no prazo e condições definidos pelo calendário de execução do Processo Seletivo.

13.2. A matrícula dos candidatos aprovados e classificados para as vagas previstas no Edital será realizada no período de **12 a 14 de março de 2018**, no horário de funcionamento da Secretaria da ESMARN.

13.3. A matrícula poderá ser efetuada por procurador, mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para tal fim.

13.4. O candidato que não efetuar sua matrícula no prazo estabelecido será considerado desistente, perdendo o direito à vaga e ensejando a convocação dos suplentes, de acordo com a ordem de classificação divulgada. Dita convocação ocorrerá por publicação de aviso nas páginas das instituições promotoras do certame – COMPERVE (www.comperve.ufrn.br), ESMARN (<http://www.esmarn.tjrn.jus.br>) e no Diário Eletrônico da Justiça - DJe.

13.5. No ato da matrícula o candidato deverá apresentar:

- a) Certificado de Conclusão de Graduação em Direito ou Diploma, desde que não tenha sido apresentado no ato da inscrição;
- b) Declarações ou certidões negativas criminais da Justiça Federal, Eleitoral, Estadual ou Distrital e da Justiça Militar do local onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
- c) Declarações ou certidões negativas dos Tribunais de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município;
- d) Declaração ou certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- e) Declaração ou certidão negativa do Conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi punido ou excluído do exercício da profissão;

13.6. O candidato que não apresentar a documentação referida no item 13.5 no prazo estipulado para a matrícula perderá a vaga conquistada no Processo Seletivo, gerando a possibilidade de convocação de suplente para ocupação da vaga.

13.7. O candidato matriculado que não comparecer às atividades letivas do Programa de Residência Judicial no prazo de 72 horas após a data do início das atividades, salvo motivo amparado pela legislação educacional, será considerado desistente e sua vaga remanejada.

13.8. No caso de desistência de algum candidato já matriculado, poderão ser convocados suplentes, até o prazo máximo de até 10 (dez) dias após o início das aulas do Programa, devendo as atividades letivas já realizadas ser compensadas na forma do que determina a legislação educacional e Regulamentos aplicáveis.

XIV – DA BOLSA DE ESTUDOS

14.1. O Residente matriculado no Programa de Residência Judicial para o Módulo de Estudos Preparatórios (R1), não perceberá bolsa de estudos.

14.2. O Residente habilitado para ingressar na Prática Jurisdicional Tutelada (R2 e R3), terá direito a receber uma bolsa de estudos, a ser paga pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – Esmarn.

14.3 Os alunos matriculados no Módulo R2 perceberão uma bolsa no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), vinculando-se ao Programa de Residência Judicial em regime de dedicação integral, a ela fazendo jus a partir da assinatura de Termo de Compromisso, pelo período de 12 (doze) meses.

14.4 O valor da bolsa poderá ser reajustado, respeitadas as disponibilidades orçamentária e financeiras da ESMARN, bem como a conveniência administrativa.

XV – DA CERTIFICAÇÃO FINAL

15.1. Os alunos participantes do Programa de Residência Judicial, desde que atendam aos requisitos acadêmicos, receberão os seguintes certificados:

- a) Certificado de Especialista em Prática Judicial (Pós-Graduação *Lato Sensu*) expedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com total de 360 horas, aos que concluem com aproveitamento o módulo R1;
- b) Certificado de Residência Judicial (Pós-Graduação *Lato Sensu*) expedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual estarão consignadas as atividades práticas realizadas, as atividades complementares cumpridas e as suas respectivas cargas horárias, com total de 1830 (mil

oitocentos e trinta) horas, aos que concluírem com aproveitamento os módulos R1 e R2;
c) Certificado de Residência Judicial (Pós-Graduação *Lato Sensu*) expedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual estarão consignadas as atividades práticas realizadas, as atividades complementares cumpridas e suas respectivas cargas horárias, com total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, aos que concluírem com aproveitamento os módulos R2 e R3.

15.2. Os alunos participantes do Programa de Residência Judicial receberão um certificado expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, subscrito pela Presidência e pela Direção da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, no qual consignar-se-ão o local e o período de realização do curso, as atividades práticas cometidas aos residentes e sua adequação ao preceituado nos artigos 93, I e 129, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça, com o total de 1830 (mil oitocentos e trinta) horas (R1 e R2) ou 3.300 (três mil e trezentos) (R1, R2 e R3).

XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Edital será publicado nos sítios da COMPERVE (www.comperve.ufrn.br) e da ESMARN (<http://www.esmarn.tjrn.jus.br>).

16.3. Com base no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, a COMPERVE reserva-se o direito de manter a Folha de Respostas, o caderno de Provas e todo o material de aplicação arquivado por 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da divulgação do resultado final do Processo Seletivo e, após esse período, de reciclá-los.

16.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não forem consumados a providência ou o evento que lhe disserem respeito, até a data de realização das provas, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

16.5. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei 12.525, de 18 de novembro de 2011.

16.6. O candidato que desejar corrigir os dados cadastrais fornecidos durante o processo de inscrição deverá encaminhar requerimento que justifique sua solicitação e contenha cópia dos documentos comprobatórios dos dados corretos.

16.6.1. O requerimento poderá ser enviado via e-mail comperve@comperve.ufrn.br, ou entregue na sede da Comperve (Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970).

16.7. O candidato que desejar corrigir sua data de nascimento deverá encaminhar requerimento que explique sua solicitação e contenha cópia dos documentos comprobatórios dos dados corretos.

16.7.1. O requerimento poderá ser enviado via e-mail comperve@comperve.ufrn.br, ou entregue na sede da Comperve (Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970), até 48 horas após a data de realização da prova objetiva.

16.8. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas no dia e horários determinados implicará na eliminação automática do candidato.

16.9. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a Comperve poderá entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado nos relatórios de turma e de aplicação.

16.10. Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão analisados pela COMPERVE, pela Comissão Examinadora e pela Coordenação do Programa.

Natal, 26 de setembro de 2017.

Profa. Doutora Maria dos Remédios Fontes Silva
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Direito da UFRN

Desembargador Cláudio Santos
Diretor da Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte

ANEXO I

QUADRO DE PONTUAÇÃO – PROVA DE TÍTULOS

Atividade	Pontuação
I – Exercício de cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito pelo período mínimo de 01 (um) ano:	---
a) mediante admissão por concurso público	0,75 ponto
b) mediante admissão sem concurso público	0,5 pontos
II – Exercício do Magistério Superior na área jurídica pelo período mínimo de 01	---
a) mediante admissão no corpo docente da instituição por concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos.	0,75 pontos
b) mediante admissão no corpo docente da instituição sem concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos.	0,30 pontos
III – Aprovação em concurso público, que não tenha sido utilizado para pontuar	0,50 pontos
IV – Exercício, no mínimo de 1 (um) ano, das atribuições de juiz leigo, conciliador, mediador ou na prestação de assistência jurídica voluntária.	0,25 pontos
V – Estágio, no mínimo, durante 1 (um) ano, no Poder Judiciário	0,25 pontos
VI – Cumprimento, com aproveitamento, do componente curricular “Prática Acadêmica Forense”, com carga horária mínima de 45 horas-aula.	0,15 pontos
VII – Monitoria em Curso de Graduação em Direito por no mínimo 6 meses ou 1	---
a) mediante admissão por concurso público	0,25 pontos
b) mediante admissão sem concurso público	0,15 pontos
VIII – Participação em Grupo de Pesquisa ou Projeto de Extensão devidamente institucionalizados pelo tempo mínimo de 6 meses ou 1 semestre letivo	---
a) com bolsa de estudos	0,25 pontos
b) sem bolsa de estudos	0,15 pontos
IX – Participação em Programa de Iniciação Científica com projeto devidamente	0,25 pontos
X – Formação Acadêmica	---
a) Doutorado em Direito ou área afim	1,00 ponto
b) Mestrado em Direito ou área afim	0,75 pontos
c) Especialização em Direito	0,5 pontos
XI – Publicações Jurídicas	---
a) Livro na área jurídica	0,75 pontos
b) Coordenação, organização ou co-autoria de livro na área jurídica	0,5 pontos
c) Capítulo de livro jurídico	0,5 pontos
d) Artigo em periódico jurídico-científico	0,5 pontos
e) Resumo em evento científico	0,25 pontos
XII – Exercício efetivo da advocacia pelo período mínimo de 03 (três) anos	0,75 pontos
<i>Total</i>	<i>10,0 pontos</i>

ANEXO II

I – EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL

1. Natureza e cultura.
2. O Direito enquanto produto da cultura e da história.
3. O Conceito de política. Política e direito.
4. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o direito. Transformações sociais e direito.
5. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do direito objetivo. Princípios gerais de direito. Jurisprudência. Súmula Vinculante.
6. Relações entre ética, direito e moral.
7. O conceito de justiça. Sentido lato de justiça, como valor universal. Sentido estrito de justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.
8. Hermenêutica e interpretação: principais distinções. Escolas e teorias hermenêuticas. Hermenêutica e pós-positivismo. Hermenêutica jurídica e argumentação.
9. Psicologia Jurídica: definição, objeto, área de atuação.

II – EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A Constituição: conceito, objeto, classificação e conteúdo. Supremacia formal e material da Constituição. A Constituição Federal de 1988: disposições gerais e transitórias.
2. Poder Constituinte: conceito, espécies, origem, titularidade, exercício, natureza jurídica e legitimidade. Reforma e mutação constitucional.
3. A interpretação constitucional. Princípios interpretativos. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.
4. Princípios fundamentais. Direitos fundamentais. Direitos e garantias.
5. O Estado democrático de direito. A justiça constitucional: conceito e fundamentos. Controle de constitucionalidade. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Normas constitucionais inconstitucionais.
6. Direitos individuais. Direitos sociais. Direitos políticos. Direitos dos estrangeiros. Cidadania. Plebiscito. Direitos difusos e coletivos.
7. Disposições constitucionais republicanas no Estado brasileiro. O Estado federal brasileiro. Os entes federativos. Intervenção nos Estados.
8. A organização dos poderes. Os mecanismos de freios e contrapesos. O Poder Legislativo. O Poder Executivo. O Poder Judiciário.
9. O Poder Judiciário: disposições gerais. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes do Trabalho. Tribunais e juízes eleitorais. Tribunais e juízes militares. Tribunais e juízes dos Estados: organização e competência. Das funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia-Geral da União, Procuradorias Gerais dos Estados, Municípios e Distrito Federal, Advocacia e

Defensoria Pública. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. Reserva de jurisdição e reserva de lei. Súmula vinculante. Repercussão geral. Conselho Nacional de Justiça: história, composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional. Normas relativas ao Poder Judiciário na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

10. Jurisdição constitucional. Ações constitucionais típicas: ação direta de inconstitucionalidade, ação direta de constitucionalidade, mandado de injunção, ação civil pública, ação popular e ação de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios de direito administrativo. Administração pública. A supremacia e a indisponibilidade do interesse público. Ato administrativo. Fatos da administração. Discricionariedade administrativa.

2. Contrato administrativo. Consórcios. Convênios. Contrato de gestão. Licitação e processo licitatório. Serviço público. Delegação, concessão, permissão e autorização. As parcerias público-privadas.

3. Administração pública direta e indireta. Centralização, descentralização e desconcentração. Autarquias. Fundações. Empresas estatais. Agências executivas e reguladoras. As entidades paraestatais e o terceiro setor.

4. Limitações administrativas à autonomia e à propriedade privada. Tombamento e servidão.

5. Desapropriação. Procedimento e processo expropriatório.

6. Servidores públicos. Agentes públicos. Lei de responsabilidade fiscal. Responsabilidades do servidor público.

7. Responsabilidade do Estado. A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público.

8. Controle da administração pública. A administração pública em juízo. Meios de controle judicial da administração pública. Prescrição e decadência em direito administrativo.

9. Bens públicos: definição e classificação. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso de bem público por particular.

10. Improbidade administrativa. Mandado de segurança. Ação popular e ação civil pública.

11. Direito à saúde. Noções de direito sanitário. Os princípios de direito sanitário e legislação de direito sanitário.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

2. Pessoa, personalidade, capacidade jurídica, capacidade de fato. Legitimidade e ilegitimidade ou impedimento. Prerrogativas e restrições de direito. Conceito de status.

3. Noção e classificação das pessoas jurídicas. Panorama atual das pessoas jurídicas. Entes não personalizados. Elementos constitutivos (=intrínsecos) das pessoas jurídicas de direito privado.

4. A relação jurídica e o objeto da relação jurídica. Objeto imediato e objeto mediato. Noção de patrimônio. Classificação de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens considerados sob o ponto de vista do titular do domínio. Bem de família e Impenhorabilidade.

5. Direitos Reais. Teoria Geral. Posse: definição, características, aquisição, perda e efeitos. Propriedade: conceito, aquisição, limitações e perda. Condomínio. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Propriedade intelectual. Direitos Reais na coisa alheia: De fruição: enfiteuse, superfície,

servidão, usufruto, uso e habitação; De aquisição: Direito do promitente comprador; De garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

6. Definição e função do negócio jurídico. O negócio jurídico como instrumento de colaboração entre os homens.

7. O contrato e o negócio jurídico. Distinção entre convenção e contrato. A liberdade contratual e a autonomia de vontade. Os novos princípios contratuais. Formação e revisão contratual. A regra da boa fé objetiva. O sinalagma contratual. A chamada “causa” dos contratos. “Relações contratuais de fato”.

8. O ato ilícito e a responsabilidade subjetiva. Pressupostos da responsabilidade civil. Exercício de direito e suas limitações. Abuso de direito. Enriquecimento sem causa.

9. Generalidades: definição e caracteres do direito de família. Família legítima – Família Unilateral. Casamento. Impedimentos. Casamento inexistente, nulo e anulável. Casamento putativo. Regime de bens entre cônjuges. Dissolução da sociedade conjugal. Efeitos e proteção dos filhos. União Estável. Entidade Familiar. Direito Parental. Reconhecimento: presumido, espontâneo e judicial. Parentesco consanguíneo, por afinidade, civil e filiação sócio afetiva. Adoção e seus efeitos. Tutela e Curatela.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Princípios e garantias constitucionais do processo. A nova sistemática do processo civil: princípios da cooperação e do contraditório enquanto influência. Da primazia do mérito.

2. Jurisdição: conceito e espécies. Competência. Ação: conceito, elementos e condições. Interesse, pretensão, lide e mérito.

3. O juiz, as partes e seus procuradores: atos do juiz (despachos, decisões interlocutórias e sentenças).

4. Tutela jurisdicional: noções gerais. Tutelas de proteção e Tutelas satisfativas. Tutelas diferenciadas. Antecipação de tutela – geral e específica. Tutela cautelar. Tutela inibitória. Tutela de Evidência.

5. Processo: pressupostos, formação, suspensão e extinção. Instrumentalidade do processo e instrumentalidade das formas. Julgamento conforme o estado do processo e sistema de valoração das provas.

6. Processo de conhecimento e execução: pressupostos, formação, suspensão e extinção. Processo coletivo: a tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Procedimento: comum, especiais e procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais Cíveis.

7. Fases do procedimento ordinário: petição inicial: requisitos, admissibilidade e inépcia da inicial, pedido e suas espécies, cumulação de pedidos; resposta do réu: conceito e classificação; contestação e reconvenção; as exceções processuais. Saneamento do processo e audiência preliminar. Fase instrutória: a audiência de instrução e julgamento. Fase decisória: sentença e coisa julgada. A sentença e a teoria dos precedentes judiciais.

8. Cumprimento de sentença: conceito e fases procedimentais. A penhora de bens e a impugnação ao cumprimento de sentença.

9. Recursos: princípios, espécies e admissibilidade.

DIREITO PENAL

1. Aplicação da lei penal. Princípios fundamentais do direito penal. A lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Eficácia de sentença estrangeira. Contagem de prazos penais.

2. Teoria Geral do Delito. O conceito de delito. Elementos. Classificação. Sujeitos. Objeto. Requisitos, elementos e circunstâncias. Conduta punível. Resultado. Relação de causalidade. Causa superveniente e causalidade normativa na omissão. Imputação objetiva. Conflito aparente de normas.
3. Tipo. Teorias. Elementos. Funções. Tipicidade. Bem jurídico. Crime consumado. Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crime doloso. Crime culposos. Causas de exclusão de tipicidade. Erro de tipo.
4. Ilícitude. Conceito. Exclusão de ilícitude. Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular de direito. Excesso nas causas justificativas: doloso e culposos.
5. Culpabilidade. Conceito. Teorias. Elementos. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Culpabilidade diminuída. Menoridade. Coação irresistível e obediência hierárquica. Emoção e paixão. Embriaguez. Erro de proibição. Causas de justificação.
6. Concurso de pessoas. Requisitos. Autoria. Espécies. Teoria do domínio do fato. Participação. Acessoriedade da participação. Concurso de pessoas em crimes omissivos. Concurso de pessoas em crimes culposos. Punibilidade do concurso de pessoas. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares do crime.
6. Penas. Espécies. Regimes prisionais. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Detração. Aplicação da pena. Concurso de infrações. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança.
7. Ação penal pública. Ação penal de iniciativa privada. Ação penal no crime complexo. Punibilidade. Extinção da punibilidade: causas previstas ou não no art. 107 do Código Penal. Efeitos.
8. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a liberdade sexual. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.
9. Lei de execução penal. Crimes de menor potencial ofensivo. Crimes de drogas.
10. Crimes hediondos. Crimes contra idosos. Crimes definidos no Estatuto do Desamamento. Interceptação de comunicações telefônicas. Lei de crime organizado. Crimes definidos no Código de Trânsito Brasileiro. Crimes de tortura. Crimes de violência doméstica.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Princípios constitucionais do processo penal. Sistemas processuais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Sistema de investigação preliminar. Inquérito policial.
2. Ação penal: conceito e condições. Pressupostos processuais. Sujeitos da relação processual. Ação penal pública: incondicionada e condicionada. Ação penal privada: exclusiva e subsidiária. Denúncia e queixa. Ação Civil. Jurisdição e competência.
3. Questões prejudiciais. Exceções. Incompatibilidade e impedimentos. Conflito de competência. Restituição das coisas apreendidas. Medidas assecuratórias. Incidente de falsidade. Incidente de insanidade mental.
4. Provas: conceito, objeto e classificações. Princípios da prova. Meios de prova. Limitações constitucionais das provas. Provas inadmissíveis. Ônus da prova. Sistemas de apreciação. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Perguntas ao ofendido. Testemunhas. Reconhecimento de pessoas e coisas. Interrogatório do acusado. Confissão. Acareação. Documentos. Índícios. Busca

e apreensão.

5. Prisão. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Liberdade provisória com ou sem fiança. Medidas cautelares diversas de prisão.

6. Atos processuais: conceito e classificação. Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares e da justiça. Citações (conceito, formas, efeitos). Suspensão condicional do processo. Intimações. Prazos. Contagem.

7. Sentença. Conceito. Requisitos. Classificações. *Emendatio Libelli*. *Mutatio Libelli*. Sentença absolutória. Efeitos. Sentença condenatória. Coisa julgada.

8. Procedimentos em espécie. Procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo. Procedimentos especiais: dos crimes de competência do júri. Procedimento. Pronúncia. Impronúncia. Absolvição. Desclassificação. O julgamento pelo júri. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal. Juizados Especiais Criminais. Procedimento dos crimes da Lei de Drogas. Procedimento dos crimes de violência doméstica.

9. Nulidades. Conceito. Classificação. Sistema legal. Nulidades em espécie. Arguição, saneamento e efeitos.

10. Recursos em geral. Conceitos e pressupostos. Interposição. Juízo de admissibilidade. Processamento. Fungibilidade. Desistência. Efeitos. Extinção. Espécies. Ações autônomas de impugnação. *Habeas Corpus*. Revisão criminal.

ANEXO III

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

ATIVIDADE/ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação de Edital	26 de setembro de 2017
Período de Inscrições	09 a 30 de outubro de 2017
Período de pagamento da taxa de inscrição e de solicitação de condição diferenciada (adaptação) para a realização da prova	09 a 31 de outubro de 2017
Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição	09 a 18 de outubro de 2017
Publicação das isenções deferidas	24 de outubro de 2017
Publicação das Inscrições Homologadas, e Concorrência.	08 de novembro de 2017
Publicação do local de realização da Prova Objetiva (1ª Etapa)	17 de novembro de 2017
Realização da 1ª Etapa (Prova de Conhecimentos Específicos)	26 de novembro de 2017
Divulgação de Gabarito	26 de novembro de 2017
Prazo para Recurso (1ª Etapa)	48 horas contadas a partir da divulgação do Gabarito Oficial Preliminar
Resultado dos Pedidos de Recurso e Divulgação de Lista de Aprovados	Na data provável de 13 de dezembro de 2017
Convocação de Aprovados para Prova Oral (Calendário e Local de Sessões)	31 de janeiro de 2018
Realização da 2ª Etapa (Prova Oral)	19 a 24 de fevereiro de 2018
Divulgação de Listas de Aprovados (2ª Etapa) e da 3ª Etapa (Prova de Títulos)	02 de março de 2018
Prazo para Recurso (3ª Etapa)	05 de março de 2018
Resultado dos Pedidos de Recurso (3ª Etapa)	07 de março de 2018
Divulgação de Resultados Finais do Processo Seletivo	08 de março de 2018
Matrícula	12 a 14 de março de 2018
Chamada e Matrícula de Suplentes	15 e 16 de março de 2018
Início das Aulas	19 de março de 2018

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA RECURSO

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:	
Nome Completo:	
Data de Nascimento:	CPF:
Identidade:	Órgão Expedidor:
O PRESENTE RECURSO REFERE-SE A:	
<input type="checkbox"/> Homologação de Inscrição	
<input type="checkbox"/> Resultado Preliminar (1ª Etapa)	
<input type="checkbox"/> Resultado da Prova de Títulos (3ª Etapa)	
JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO	

_____, de _____ de 2018.

Assinatura do(a)

Candidato(a)

INSTRUÇÕES:

Somente serão analisados pela Comissão de Seleção, os recursos protocolizados dentro dos prazos previstos e formulados de acordo com as normas estabelecidas neste Edital;
Os recursos deverão ser digitados.